



SÃO PAULO TURISMO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

Ativo

	2015	2014 Reapresentado	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa (Nota 5)	31.177	37.730	37.730
Contas a receber de clientes (Nota 6)	36.545	72.950	21.008
Almoxarifado	687	516	516
Outros valores a receber (Nota 7)	4.527	5.060	5.060
Despesas antecipadas	58	721	721
	<u>72.994</u>	<u>116.977</u>	<u>65.035</u>
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes (Nota 6)	47.546	155.640	-
Depósitos judiciais	5.272	4.655	4.655
	<u>52.818</u>	<u>160.295</u>	<u>4.655</u>
Imobilizado (Nota 8)	237.367	241.983	241.983
Intangível	87	102	102
	<u>290.272</u>	<u>402.380</u>	<u>246.740</u>
Total do ativo	<u>363.266</u>	<u>519.357</u>	<u>311.775</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

SÃO PAULO TURISMO S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	<u>2015</u>	<u>2014</u> Reapresentado	<u>2014</u>
Circulante			
Fornecedores	17.086	14.728	14.728
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	6.804	7.985	7.985
Obrigações tributárias (Nota 11)	6.017	5.475	5.475
Cessões de áreas a realizar (Nota 12)	45.318	79.621	45.711
Outras exigibilidades (Nota 13)	<u>7.149</u>	<u>9.322</u>	<u>9.322</u>
	82.374	117.131	83.221
Não Circulante			
Acordo PMSP/INSS (Nota 10)	5.692	45.410	45.410
Obrigações tributárias (Nota 11)	65.935	64.412	64.412
Cessões de áreas a realizar (Nota 14)	55.632	173.672	-
Provisões para contingências (Nota 15)	12.894	4.094	4.094
Receita Diferida – ISS/IPTU (Nota 16)	<u>24.601</u>	<u>26.179</u>	<u>26.179</u>
	164.754	313.767	140.095
Patrimônio Líquido			
Capital social (Nota 17)	149.199	149.199	149.199
Adto. p/ futuro aum. Capital	1	1	1
Reserva de reavaliação	121.262	122.241	122.241
Prejuízos acumulados	<u>(154.324)</u>	<u>(182.982)</u>	<u>(182.982)</u>
	116.138	88.459	88.459
Total do passivo e patrimônio líquido	363.266	519.357	311.775

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

SÃO PAULO TURISMO S.A.**Demonstrações de resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014****(em milhares de reais)**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita Operacional (nota 18)	195.422	197.555
Deduções da receita operacional	(843)	(1.969)
Receita Operacional Líquida	194.579	195.586
Despesas Operacionais		
Despesas administrativas (nota 19)	(203.396)	(182.078)
Outras receitas (desp.) operacionais, líquidas	(2.743)	(3.342)
	(206.139)	(185.420)
Resultado Operacional Antes Do Resultado	(11.560)	10.166
Resultado Financeiro		
Receitas/Despesas financeiras, líquidas	(1.487)	(5.022)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.047)	5.144
Imposto de Renda e Contribuição Social	(722)	-
Lucro (prejuízo) líquido do Exercício	(13.769)	5.144
Lucro (prejuízo) líquido por ação (Em reais)	(2,66)	0,99

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



1. Contexto operacional

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. autorizou a conclusão, em 17 de março de 2016, da elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Tais demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários. Estão apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76 foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R2).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2014.

a) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e empréstimos, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo C.P.C. nº 12 (“Ajuste Valor Presente”).

b) Estimativas contábeis - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2015 e 2014, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

d) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

e) Contas a receber de clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. A provisão para perdas na realização de créditos foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

f) Almoxarifado - Os itens mantidos no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;

- g) Imobilizado - O imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamento e pelo custo de aquisição para as demais contas. A depreciação é calculada pelo método linear, divulgada na nota explicativa nº 8, com taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;
- h) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R1);
- i) Cessões de áreas a realizar – A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos. Até o exercício encerrado em 31/12/2014, os valores apresentados sempre foram os efetivamente recebidos em espécie, sendo contabilizado sob o título de adiantamentos de clientes. No entanto, a empresa verificou que o volume de operações de contratos de cessões de áreas não tem sido divulgado segundo seu real potencial de geração de receitas futuras. Com este objetivo, a partir do ano de 2015, os valores relativos aos contratos de cessões de áreas do complexo estão sendo apresentados considerando, além dos valores efetivamente recebidos, também os valores a receber. Esta mudança de política contábil não trouxe quaisquer mudanças no reconhecimento dos resultados e nos fluxos de caixa realizados;
- j) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis;
- k) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;
- l) Provisão para Contingências - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).
- m) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

4. Mudança de Prática Contábil

Até o exercício encerrado em 31/12/2014, não eram registrados na rubrica Clientes os contratos de cessões de áreas do complexo que ainda não haviam sido realizados. No entanto, tendo em vista que os contratos desta espécie representam um grande volume das operações, a partir de 2015, estão sendo reconhecidos nas contas de clientes, em contrapartida à conta de passivo de eventos a realizar. Esta mudança de política contábil não trouxe quaisquer mudanças no reconhecimento dos resultados e nos fluxos de caixa realizados;

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	32	32
Bancos	2.474	3.839
Aplicações financeiras	<u>28.671</u>	<u>33.859</u>
	<u>31.177</u>	<u>37.730</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são representadas basicamente por fundo de renda fixa junto à instituição financeira de primeira linha.

6. Contas a receber de clientes

	2015	2014 Reapresentado	2014
Cientes no País	77.938	214.382	6.800
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	12.381	17.880	17.880
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.228)	(3.672)	(3.672)
	84.091	228.590	21.008
(-) Longo prazo	(47.546)	(155.640)	-
	36.545	72.950	21.008

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Em observância ao Princípio Contábil da Prudência e ao item 18 do CPC 05 (R1), aprovada pela Deliberação CVM nº 642/10, a partir do segundo trimestre de 2015 passamos a constituir a provisão sobre os créditos perante as autarquias da Prefeitura Municipal de São Paulo. Em 31/12/2015 o saldo desta provisão correspondia a R\$ 3.284.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, até o exercício encerrado em 31/12/2014, não eram contabilizados na rubrica Clientes os contratos de cessões de áreas do complexo que ainda não haviam sido realizados. No entanto, tendo em vista que os contratos desta espécie representam um grande volume das operações, a partir de 2015, estão sendo reconhecidos nas contas de clientes. Nos casos em que as cessões ainda não tenham sido realizadas, terão como contrapartida conta do passivo de eventos a realizar. Esta mudança de política contábil, apesar dos valores relevantes que envolvem, não trouxe efeitos no resultado.

Os ajustes retrospectivos de 2014 são demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	Curto Prazo	Longo Prazo
Saldo de Contas a receber de clientes em 31/12/2014	21.008	-
Valores a receber de cessões de áreas não realizadas em 31/12/2014	207.582	-
Transferência para o Longo Prazo	(155.640)	155.640
Saldo de Contas a Receber em 31/12/2014	72.950	155.640

Risco de crédito

Em 31/12/2014, 76% do saldo total de recebíveis (curto e longo prazo) era proveniente de quatro clientes para locação de espaços do complexo. Em 31/12/2015, 45% do saldo total de recebíveis (curto e longo prazo) era proveniente de dois clientes, também para locação. Houve redução do saldo dos recebíveis do maior cliente em 31/12/2015, comparado ao saldo de 31/12/2014, no percentual de 68%, em razão da migração de seus eventos para espaços da concorrência.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber (curto prazo) por tempo decorrido do vencimento:

	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>Reapresentado</u>	<u>2014</u>
A vencer	31.127	59.948	16.476
Vencidos até 30 dias	3.205	2.980	1.034
Vencidos de 31 a 60 dias	1.037	1.328	24
Vencidos de 61 a 90 dias	340	1.001	413
Vencidos de 91 a 120 dias	138	1.368	478
Vencidos acima de 120 dias	6.926	9.997	6.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.228)	(3.672)	(3.672)
	<u>36.545</u>	<u>72.950</u>	<u>21.008</u>

7. Outros valores a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
COFINS a compensar	10	756
PIS a compensar	-	198
IRPJ a compensar	234	1.065
CSLL a compensar	426	144
IRRF a compensar	3.339	2.308
INSS a compensar	-	18
Adiantamentos a funcionários	492	500
Outros créditos	26	1.984
Prov. devedores duvidosos	-	(1.913)
	<u>4.527</u>	<u>5.060</u>

O IRRF a compensar refere-se ao imposto retido sobre as receitas de prestação de serviços e sobre aplicações financeiras durante o ano-calendário de 2015.

8. Imobilizado

	Taxas anuais			Líquido	
	De Depreciação	Custo Atualizado	Depreciação Acumulada	2015	2014
Terrenos	-	121.123	-	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2,00 a 10,00%	120.052	(28.454)	91.598	94.701
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(1.600)	2.688	2.866
Estacionamento	3,45%	10.914	(2.641)	8.273	8.743
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25,00%	3.009	(1.115)	1.894	2.017
Instalações	10%	12.891	(4.728)	8.163	8.254
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.583	(4.223)	2.360	2.219
Veículos	20%	1.205	(820)	385	517
Móveis e utensílios	10%	6.065	(5.234)	831	915
Outros ativos fixos	20% e 10%	699	(663)	36	40
Construções em andamento	-	16	-	16	588
		286.845	(49.478)	237.367	241.983

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	241.983	246.858
Adições		
Edifícios e Benfeitorias	3	-
Instalações, máquinas e equipamentos	2.098	638
Veículos	-	564
Móveis e utensílios	173	25
Outros ativos	2	1
Construções em andamento	362	548
Total das adições	2.638	1.776
Depreciações	(7.254)	(6.651)
Saldo no fim do exercício	237.367	241.983

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

Para a data base de 31/08/2011, avaliadores externos emitiram laudo pelo qual os terrenos (266.808 m2) e benfeitorias (106.657 m2) foram avaliados em R\$ 312.772. Os valores apurados por ocasião da avaliação não foram contabilizados, pois havia o entendimento que a opção para contabilização de custo atribuído só poderia ser exercida na data da transição para as normas internacionais, data base 01/01/2009.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico, CPC nº 01(R1), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10 e pela Resolução do CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01) (R1), os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa da Companhia para avaliar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização, corresponde à empresa como um todo. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, não identificou eventos

ou mudanças de circunstâncias e concluiu que, em 31 de dezembro de 2015, não existiam evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Esclarecemos que não foi elaborado laudo por entidade independente para o ano de 2015, o qual depende da conclusão do processo licitatório para contratação de avaliadores do ativo imobilizado, que em razão de prerrogativas profissionais, não pode ser realizada internamente. No entanto, testamos alguns itens relevantes do imobilizado, em especial terrenos, edifícios e benfeitorias, não verificando a ocorrência de eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Ao contrário, em nossos testes verificamos que esses itens estão contabilizados com valores inferiores aos de mercado.

9. Obrigações Trabalhistas

	2015	2014
Obrigações com pessoal	242	5
FGTS	287	436
INSS empresa	131	684
INSS retido	635	680
Provisão de férias	5.509	6.008
PIS a recolher	-	172
	<u>6.804</u>	<u>7.985</u>

10. Acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à São Paulo Turismo S/A um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

Em 19/06/2015, em assembleia geral, foi aprovada a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R\$ 39.902. Essa absorção se deu mediante débito à conta da acionista majoritária, a Prefeitura de São Paulo, com base no processo municipal nº 2013.0.367.885-0. O valor equivalia à dívida que a São Paulo Turismo S.A. possuía junto à PMSP. Ainda, segundo o referido processo administrativo, no transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a São Paulo Turismo ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 5.692 mil.

11. Obrigações tributárias

	2015	2014
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	8	294
Parcelamento IPTU/ISS	3.390	3.090

Receita Federal:		
. Cofins a recolher	733	791
. Pis a recolher	158	-
. Impostos retidos	1.728	1.300
. IRPJ a recolher	-	-
. CSLL a recolher	-	-
	<u>6.017</u>	<u>5.475</u>
Não circulante		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	59.178	56.109
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	6.757	8.303
	<u>65.935</u>	<u>64.412</u>
Circulante e não circulante	<u>71.952</u>	<u>69.887</u>

Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Em 2015 e 2014 foram pagos R\$ 2.931 e R\$ 2.903 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 114 parcelas e o saldo devedor em 31/12/2015 era de R\$ 62.568.

12. Cessões de áreas a realizar (curto prazo)

	2015	2014 Reapresentado	2014
Pavilhão de Exposições	31.284	64.384	39.612
Palácio das Convenções	10.816	11.071	3.915
Pólo Cultural	1.452	3.932	2.051
Auditório Elis Regina	595	165	64
Autódromo de Interlagos	1.065	69	69
Contratos de mídia	106	-	-
	<u>45.318</u>	<u>79.621</u>	<u>45.711</u>

13. Outras exigibilidades

	2015	2014
Carnaval a realizar	3.712	4.239
Obrigações com a PMSP	2.582	3.318
Recursos municipais e federais - fomento ao Turismo	69	430
Outras contas diversas	786	1.335
	7.149	9.322

14. Cessões de áreas a realizar (longo prazo)

Exercícios	2015	2014 Reapresentado	2014
2016	-	35.475	-
2017	16.918	38.375	-
2018	14.698	33.323	-
2019	12.222	36.057	-
2020	11.794	30.442	-
	55.632	173.672	-

15. Provisões para contingências

Em 31/12/2015 a Companhia possuía diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	2015	
	Cíveis	Trabalhistas
Saldo no início do exercício	1.529	2.565
Inclusão de processos na categoria de prováveis perdas	5.882	1.312
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	(202)	2.829
Valores baixados	(341)	(680)
Saldos no final do período	6.868	6.026

Não Circulante

Tipo de Ação

Ações Trabalhistas

Ações Cíveis

	2015	2014
Ações Trabalhistas	6.026	2.565
Ações Cíveis	6.868	1.529
	<u>12.894</u>	<u>4.094</u>

Contingências com possíveis perdas

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25), a companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, conforme definido no item 13 do referido Pronunciamento. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Ação

Ações Trabalhistas (*)

Ações Cíveis (**) (***)

	2015	2014
Ações Trabalhistas (*)	356	-
Ações Cíveis (**) (***)	40.187	44.897
	<u>40.543</u>	<u>44.897</u>

(*) Para possíveis perdas trabalhistas, os assessores jurídicos da Companhia informaram que os eventuais débitos somente são fixados por ocasião da liquidação da sentença, seja em execução provisória ou definitiva. Entendeu-se por bem, delimitar apenas os casos em execução, dos quais podem ter ideia de valor aproximado de condenação. Em vista disso, somente foram inseridos os casos de classificação provável, os quais realmente poderão ser desembolsados pela empresa.

(**) Em 05/02/2010 foi homologado acordo para o processo de Ação de Cobrança nº 000040272877 movida por São Paulo Transporte S/A. Esta empresa é controlada pela Prefeitura de São Paulo, portanto, encontra-se sob o mesmo controle acionário. O objeto da ação são notas de débitos emitidas entre 1997 e 1998 e avaliada como provável perda pelo jurídico da SPTuris. O equacionamento do débito foi mediante autorização da Prefeitura de São Paulo para repasse à conta do Sistema de Transporte Coletivo.

Outro processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997, no montante estimado de R\$ 29.250, também foi avaliado como de provável perda, com respeito à decisão judicial.

Tendo em vista que o acordo para a solução do primeiro processo não exigiu uma saída de recursos para liquidação do processo, e que durante o ano de 2015 foi solicitada à PMSP o equacionamento do débito de forma semelhante à solução do primeiro processo, e que em 27/01/2016, por meio de ofício direcionado às Companhias, a Procuradoria Geral do Município de São Paulo se manifestou no sentido de que juridicamente não haveria óbice na realização de acordo, consideramos que, embora a perda da ação judicial seja provável, não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação. Portanto não foi constituída provisão para o referido processo. Entretanto a PGM orientou quanto à necessidade de a

Secretaria de Finanças manifestar-se quanto aos aspectos inerentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista a assunção da dívida para a Administração Direta. Além disso, tendo em vista a condenação imposta pela 14ª Cível da Capital que posteriormente foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Companhia, baseada no entendimento da Procuradoria Geral do Município, manteve registrado na Provisão para Contingência o montante de R\$ 5.850 equivalente a 20% do valor da causa, referente aos honorários advocatícios. Em 14/03/2016 foi encaminhado Ofício à Secretaria de Finanças para formalização do ajuste com a consequente extinção do processo, e que os honorários advocatícios e de sucumbência deverão ser objeto de novo ajuste entre a PMSP e a São Paulo Transportes, se houver decisão de que tais verbas não compõe o acordo.

(***) Em 27/11/2013, foi obtida liminar para suspender a execução da sentença referente ação movida por Ética Recursos Humanos e Serviços, a mesma estava em execução, foi ajuizada ação rescisória visando desconstituir o acórdão, onde foi obtida tal liminar. Por conta disso foi alterada a sua classificação de provável (junho de 2013- 2º ITR) para possível (novembro/2013). Montante estimado em 31/12/2015: R\$ 7.578.

16. Receita diferida – ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

17. Capital social

	Quantidades em 31/12/2015			Valores	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	2015	2014
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.972	199.972
A subscrever	(1.086.613)	(666.714)	(1.753.327)	(50.515)	(50.515)
	5.067.992	119.704	5.187.696	149.457	149.457
A integralizar	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)
Integralizado	5.064.624	114.095	5.178.719	149.199	149.199

A empresa contava com 3.546 acionistas em 31/12/2015. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais A e AHEB6 para ações preferenciais B. O último preço cotado indicado no site www.bmfbovespa.com.br, na consulta ao link “Cotação Rápida”, era de R\$ 15,00 para as ações ordinárias em 05/08/2015, R\$ 20,01 para as ações preferenciais “A” em 07/01/2014 e R\$ 10,00 para as ações preferenciais “B” em 22/09/2015.

18. Apresentação da Demonstração do Resultado do exercício (DRE) – Padrão Internacional de Contabilidade

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias

cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999- RIR/99) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	2015	2014
Receita Operacional Bruta	216.212	218.767
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(20.790)	(21.212)
	195.422	197.555
Deduções da receita bruta	(843)	(1.969)
Receita Operacional Líquida	194.579	195.586

19. Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	2015	2014
Remunerações, encargos e benefícios	78.080	77.582
Prestadores de serviços	59.333	61.654
Ocupação e manutenção	34.763	31.456
Publicidade	1.890	6.847
Provisões	14.693	(7.112)
Impostos e taxas	5.450	4.912
Utilidades e tarifas públicas	9.187	6.739
	203.396	182.078

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

20. Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no período foi de R\$ 3.254 (R\$ 2.857 em 2014). Como pessoal chave entende-se os membros a Diretoria Executiva e os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

21. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2015	2014
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	94.400	94.750
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

22. Alterações provocadas pela MP nº 627, de 2013, convertida na Lei 12.973 em 13/05/2014.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627, de 2013 foi convertida na Lei 12.973 e as novas regras tributárias estabelecidas pela referida Lei serão obrigatórias a partir de 01/01/2015. Com a possibilidade de opção de aplicação antecipada a partir de 01/01/2014, a São Paulo Turismo S/A, de forma irrevogável e irretratável, de acordo com as disposições dos arts. 1º e 2º e 4º a 70 desta Lei, adotou a aplicação para o ano-calendário de 2014.

23. Eventos subsequentes

A Sociedade analisou os eventos subsequentes até 17 de março de 2016, que é a data de entrega, por sua diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis. Em janeiro de 2016 foram canceladas cessões de áreas a realizar no longo prazo no montante de R\$ 5.643. Como medida de contenção de despesas, a empresa implantou um Programa de Demissão Voluntária (PDV) que objetivava o desligamento de 140 funcionários, distribuídos entre aposentados, cargos em vacância e cargos específicos. Aderiram ao Plano, 35 colaboradores. A economia anual na folha de pagamentos será superior a R\$ 4 milhões. A Companhia esperava economizar R\$ 12 milhões por ano.

Também como medida de redução de despesas de custeio, em 05/12/2015 a PMSP publicou o Decreto nº 56.688, objetivando aumentar a capacidade de investimentos do Município, no âmbito da Administração Municipal Direta e Indireta. Neste sentido, até 17/03/2016 promovemos a redução dos contratos no montante de R\$ 4.331 mil (até o vencimento de cada contrato), que equivale a um decréscimo de 16,72% em relação ao saldo residual, em 31/12/2015, dos contratos em vigor.

24. Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 estão identificados a seguir:

	Saldo Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	31.177	31.177
Contas a receber e clientes	84.091	84.091
Impostos a recuperar	4.009	4.009
Outras contas a receber	518	518
Fornecedores	(17.086)	(17.086)
Cessões a realizar	(100.950)	(100.950)
Obrigações tributárias	(71.952)	(71.952)

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber e clientes

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e obrigações tributárias

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Derivativos

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos.

c. Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à característica do setor em que atua.

Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de cancelamentos de contratos e eventos por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada uma constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos. Apesar da representatividade da provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre a carteira de clientes, a Companhia apresentou uma aumento de 69,58% se comparado com o exercício de 2014

Risco de Liquidez

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los.

25. Continuidade operacional da Companhia

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas

e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a administração na manutenção de suas atividades. A eventual insuficiência de capital de giro em razão de perdas de receitas decorrentes dos cancelamentos de contratos e eventos, com o direcionamento para os concorrentes, ou descompassos momentâneos entre receitas e despesas normalmente é suportada por medidas administrativas de readequação, e caso insuficientes, pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

A continuidade normal das atividades da Companhia poderá estar condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte de seu acionista majoritário, bem como da redução drástica dos custos e despesas operacionais e do sucesso das medidas de reestruturação operacional mencionadas no Relatório da Administração (Nova Arena e Novo Anhembi).

26. Autorização de conclusão das Demonstrações Contábeis

Foi autorizada pelo Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Gilvan Cândido da Silva, a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 17 de março de 2016.